



I SEMINÁRIO DE DIREITO PARA JORNALISTAS - DIA 23.08.99



RELAÇÃO ENTRE O JUDICIÁRIO E A IMPRENSA

JORNALISTA LUIS GUTEMBERG

Excelentíssimo Senhor Desembargador Hermenegildo Gonçalves, Senhores Desembargadores, meus colegas, meus senhores, minhas senhoras.

Tenho muito prazer em estar aqui esta noite, mudando de posição a qual habitualmente freqüento, de freguês das Varas de Justiça desse Fórum, como, freqüentemente, réu ou testemunha de processos, felizmente sem condenação.

Fico muito satisfeito porque cumpro com respeito, religiosidade e perfeição quanto aos horários e às recomendações do ritual da Justiça, e faço com muita satisfação, embora perdendo muito tempo, porque considero que o nosso contrato social se baseia em grande parte na existência dessa extraordinária, fundamental instituição que é a Justiça. Sem que ela funcione, sem que ela cumpra os seus ritos, sem que ela execute a vontade do povo expressa pelas leis votadas pelos representantes desse povo, nós não conseguiríamos sobreviver em liberdade, que é o bem principal, a razão de ser de constituirmos uma sociedade e viver sob o Estado.

Os jornalistas, portanto, nem sempre se comportam com essa humildade, esse respeito, essa informação que derivam do conceito de justiça. A primeira causa dessa incompreensão por parte dos jornalistas nasce de uma invenção das mais cretinas, que é considerar-se a imprensa o quarto poder e, portanto, atribuir-se aos que a exercem um papel especial. Não, o jornal não é o quarto poder coisa nenhuma.

O jornalista não é um cidadão diferente dos outros, nem deve ter garantias especiais, nem tratamento próprio, deve ser um cidadão como outro qualquer, como um médico, um enfermeiro, um advogado, um motorista, qualquer um da sociedade.

Essa idéia do quarto poder é uma idéia falsa, de uma imprensa certamente antiga e principalmente de uma sociedade de castas, uma sociedade onde as prisões são especiais para pessoas com título universitário, uma sociedade onde a posse de bens pecuniários ou de títulos de estudo podem qualificar um indivíduo, uma coisa assombrosamente antiquada. E nasce exatamente dessa situação esse equívoco do jornalista em relação à justiça. E a segunda parte, muito importante para caracterizar esse conflito, é a ignorância, tão sobejamente qualificada pelo Desembargador Hermenegildo Gonçalves, como prova evidente do despreparo injustificável da sociedade, partisse de quem partisse.

Parece-me que, nesse ponto da ignorância, com todo respeito aos títulos de bacharel, a gravidade do curso de Direito, os jornalistas que também têm esses títulos e que também são bacharéis, não são muito especiais, porque os mais altos membros da Justiça também se comportam freqüentemente de forma inconseqüente, e são exceções que não permite que se generalizem. A existência da justiça,

assim como a do jornalismo, não permitem que nenhuma das partes se desconheçam, porque realmente a instituição completa, afinada, definida, com um repertório de princípios e, principalmente, com um rito, que é o processo, só a Justiça tem. Jornalista não tem, o jornal não tem, cada jornal é um jornal e ai dos jornalistas e dos jornais que se repetirem, porque estarão fatalmente condenados ao insucesso.

As técnicas de jornal, que num certo momento pareciam padronizar os jornalistas, foram e estão extremamente superadas. Em um jornal, por exemplo o que eu dirijo, o Jornal de Brasília, não existem editores, eu sou redator-chefe e meus colegas são redatores e repórteres. A departamentalização do jornal, que uma invenção do criador do Time Magazine, não nos convém, pelo tamanho da nossa redação e pelas dimensões de nosso projeto. Nós fazemos um jornal original, absolutamente original, não copiamos de ninguém, não repetimos fórmulas, não repetimos situação nenhuma; está nisso o sucesso do Jornal de Brasília nos últimos anos.

Por outro lado, a Justiça, esta é grave, é tranqüila e me parece permanente. Quando a gente identifica erros e papéis pouco zelosos da Justiça em todos os tempos, vemos que eles se repetem hoje, por exemplo: a cena terrível de um Presidente do Supremo Tribunal Federal, Edmundo Lins, recusando-se a despachar o pedido de habeas corpus, ou pelo menos para sustar a ida de Olga Benário Prestes para ser entregue aos carrascos da Alemanha nazista. Este ato sórdido de um Presidente de um Tribunal certamente se repete a qualquer momento, em qualquer lugar, mas não deslustre a Justiça. O Ministro, recente, Ministro Tompson, passando telegrama ao General Geisel quando foi decretado o pacote de abril e fechado o Congresso, é um ato da maior maldade, da maior violência contra a própria Justiça. O gesto do próprio Plenário do Supremo Tribunal Federal, que obrigou o Ministro Adauto Lúcio Cardoso, num gesto belíssimo e inesquecível que eu assisto, a jogar a sua toga sobre a mesa pedindo aposentadoria, é um gesto que marca e dignifica a Justiça, os cidadãos e mostra a fragilidade dessa instituição. Ao mesmo tempo, e no mesmo período, vemos gestos magníficos, como o desse extraordinário Ministro Ribeiro da Costa, Presidente do Supremo Tribunal Federal, que embarcou indelevelmente a Justiça brasileira, é um homem do nosso tempo. Foi ele quem deu posse a Ranieri Mazzilli, no golpe de 1964, para evitar que acontecesse o pior, que acabou acontecendo, que foi a tomada do poder pela violência militar. Aquele homem mostrou extremo bom senso e foi firme, defendeu a Justiça enquanto foi Presidente do Supremo Tribunal Federal e ninguém tocou no Supremo, ninguém exonerou Ministros.

O fato de você conhecer a história, de conhecer fundamentalmente a Justiça - que não é nada misteriosa, os jornalistas sabem muito bem que a Justiça, hoje, está perigosamente entregue a processualistas, que ela abandona cada vez mais o conteúdo e cada vez mais se julga a essência das causas e se favorece à chicana de advogados que abusam, que usam prazos, que realmente transformam o grande instrumento, o espetáculo essencial da distribuição da Justiça em pretextos e grandes manobras. O jornalista estuda história, obrigatoriamente.

O jornalista sabe como se compõe a Justiça, estuda a Constituição Brasileira. Se ele incide, muitas vezes, nesses episódios lamentáveis, descritos pelo nosso Desembargador Hermenegildo Gonçalves, de ignorância crassa, ele algumas vezes não está cometendo gesto de ignorância, como, por exemplo, essa do parecer é de uma boçalidade lamentável. Mas, muitas vezes, testemunhamos juízes dando pareceres, sim, intervindo no processo da sociedade fora dos autos, fora da sua competência; e como ele, como dizem os americanos "um Juiz é um Juiz, é indissociável do juiz", o Juiz é aquela pessoa que, como dizia...

Eu até anotei uma história do Tribunal, quando Ribeiro da Costa - que é um personagem que me emociona muito, embora não o tenha conhecido, porque do ponto de vista da história contemporânea brasileira ele é um personagem essencial - ao receber um de seus ex-alunos que chegava ao Supremo, Victor Nunes Leal, dizia (anotei porque achei extremamente curiosa esta frase dele): "Parabéns por ter abandonado a vida." Ao assumir o Supremo, abandonava toda uma história espantosa de vida bem sucedida, de grandes causas, de muito dinheiro e sucesso pessoal. Victor Nunes tinha sido chefe da Casa Civil da Presidência da República de Juscelino, jornalista, autor de uma tese famosa sobre coronelismo, toda aquela vida gloriosa do Dr. Victor Nunes, que todos conhecemos, sepultava-se no momento em que recebia aquela toga e começava a limitação de meios. Não ia receber mais honorários advocatícios, ia receber o modesto salário que os Srs. Desembargadores recebem. Esse sacerdócio que ele passaria a praticar era uma espécie de despedida da vida, como os padres, ao se sagrarem, deitam-se no chão para se despedirem da vida mundana.

Pois bem, esse admirável rito que consagra o juiz não permite a promiscuidade dele, não permite que ele, por exemplo, faça com que um cidadão comum... Fico impressionado, emociono-me a cada vez que entro no pretório e vejo, às vezes, um jovem, uma jovem senhora juíza. Sinto, realmente, que eles se transformam, não são uma pessoa comum como eu.

Espero o momento do julgamento, as observações sobre falhas, as vênias que são devidas a eles, que eles recebem com seriedade, as vênias que o advogado deve, ou uma testemunha deve ao juiz e que o juiz recebe com aquela imponência, não dispensando, não pode dispensar, faz parte daquele rito

magnífico. Então, o jornalista tem de captar tudo com competência, com atenção, principalmente com informação. Sei que a justiça se queixa muito dos jornais. O jornal está ali não para exaltar, para oferecer exemplos simpáticos, para dar notinhas agradáveis, o jornal está para conhecer os fatos e hierarquizar esses fatos com o interesse da sociedade no momento.

O juiz pode realizar um gesto muito bonito, inaugurar um belo fórum e tal. Tudo bem. Se esse momento não interessa ao repertório de informações do meu público, não vou dar nenhuma notícia sobre ele. Daqui a pouco o juiz faz uma coisa desagradável, pode até dar uma escorregada na rua e transforma-se numa história boa e essa história eu conto. E estou contando história, estou servindo um repertório, porque o jornal, entre outras coisas, é instrumento de mercado, e isso é lamentável. Sacerdócio do jornalismo. Sacerdócio coisa nenhuma. O jornalista é um sujeito que faz jornais para vender, ele não tem responsabilidade de defender teses, de honrar situações. O jornal é um negócio como outro qualquer. Eu pratico uma técnica. Vendo meu serviço ao jornal como o motorista vende a técnica de dirigir automóveis. Não há diferença de nenhuma ordem. Agora, como o motorista que se comporta com a maior dignidade, obedecendo as leis do trânsito, e mais do que isso, conduzindo o seu ônibus com simpatia humana, etc., comporto-me dessa mesma maneira. Então, é preciso desmistificar, da nossa parte, qualquer impressão mais generosa, mais romântica do jornalista. Mesmo assim, sentimo-nos, como cidadãos comuns, muito importantes, na medida em que conseguimos educar nosso público, ou seja, fazer com que as suas expectativas negativas... Se fôssemos servir à libido da sociedade, imagine-se que tipo de jornal faríamos. Mas acontece que o jornal tem uma missão didática, uma missão importantíssima, e nós, juntamente com a empresa, se tiver competência, se tiver agilidade, conduz o interesse do público para aquele tipo de comunicação que imaginamos oferecer.

O meu querido e saudoso Carlos Castelo Branco, o Castelinho, que foi um mestre e um amigo querido, por quem não paro de chorar, ele - jovem jornalista piauiense, depois de ter passado um estágio em Minas Gerais foi acabar a vida no Rio de Janeiro, com grande sucesso - convidado pelo diretor do jornal O Mundo, que era o importantíssimo Geraldo Rocha, recebeu uma incumbência: "Você tem de, diariamente, fazer um artigo atacando alguém, porque o jornalismo é o Moloque que exige o sacrifício diário de uma reputação." Era o velho jornal de chantagem, e de enorme sucesso. Nós não fazemos esse jornal. Nós orquestramos a informação para seja possível à sociedade viver cada momento de cada dia.

É essa a visão que o jornalista tem da justiça, e é essa a visão que, gostaria muito, a justiça tivesse dos jornalistas.

As leis que nos são mais próximas, como a Lei de Imprensa, a famigerada Lei de Imprensa, entristece-nos muito. Queríamos ser processados por calúnia, por difamação, pelos erros que o jornal tenha cometido, e nunca por coisas particulares. Esse benefício possível que se dá aos jornalistas, e também estas condenações, certamente improváveis, porque há prazos que a chicana permite que se fuja, o que é lamentável. O jornalista, freqüentemente, beneficia-se dessa coisa: o processo não durou, se o cara não foi. É lamentável. Deveria ser, exatamente, julgado pelos erros que tenha cometido e não em fóruns especiais com leis especiais.

Da mesma forma, creio que o juiz não precisa conhecer profundamente o jornalista, porque a tipificação do direito penal, que é um instrumento que considero lindíssimo na justiça - isso na mão de um homem inteligente, culto e generoso; generoso no sentido lato - é importantíssimo para a paz da sociedade. Então, na mão de um juiz, de um homem cheio de inspiração divina - sim, porque dizem que a justiça tem parte com Deus - nas mãos de um juiz inspirado é um instrumento de salvação e de felicidade para todos nós.

Portanto, permito-me explicar os meus paradoxos. Eu que pareço céptico, de repente fico cheio de credences, mas creio na Justiça. Creio tanto na Justiça como na minha fraqueza.